

Reestruturação econômica global e questão energética: identidade e integração Latino-Americana no liminar do Século XXI

Antonio de Oliveira Jr.

I. Reestruturação econômica global e integração econômica: algumas reflexões

A década de 80 é caracterizada por um lado, pela intensificação da crise mundial iniciada nos anos 70, e por outro, pelo aumento do processo de especialização internacional da produção, que transformou as relações comerciais internacionais e “criou” novos espaços onde as relações econômicas prevalecem como agentes determinantes da configuração e reconfiguração espacial dos territórios. A especialização da produção passou então a ser determinante desta nova rede de manufatura global que estava em construção. Não era mais só os países industrializados que estavam determinando a nova dinâmica da economia mundial. Os países em desenvolvimento que fizeram parte deste processo, acabaram por “determinar” uma mudança no velho padrão no qual as nações industrializadas exportavam manufaturas para os países em desenvolvimento em troca de produtos primários. Agora, os países em desenvolvimento exportam manufaturas para os países industrializados. Resultado de uma política de realocação de indústrias poluentes como p.ex., a indústria de alumínio.

A especialização da produção acabou por gerar uma nova especialização da economia, e como consequência a estagnação de tradicionais regiões industriais, para dar lugar a uma Fábrica Global, expressão mais do que perfeita desta nova lógica/dinâmica industrial, cuja matéria-prima básica e principal não é materializada e se confunde com o próprio produto: o conhecimento tecnológico.

Esta onda de globalização, estes tempos de “pós-modernidade”, resultado da intensidade da produção e da diminuição do tempo de trabalho necessário para a produção de um único produto, de revoluções culturais, atingiu em cheio o modo de vida das sociedades desenvolvidas e por efeito, as sociedades em desenvolvimento - aqui nos interessa as latino-americanas - com discursos de modernização concretizados em uma ofensiva de planos e intervenções econômicas neo-liberais, implementadas por um Estado que se define como moderno. Moderno este, que não é mais demonstrado apenas pela longa e tradicional esteira por onde os produtos eram montadas passo a passo sobre o mesmo teto da fábrica, e sim pela fragmentação deste processo. E é a partir desta fragmentação que o processo de globalização é construído no interior das economias nacionais, segregando espaços e “construindo” espaços globais dentro de espaços fragmentados em um mesmo território. É importante deixar bem claro, que este mesmo processo caminha por diferentes traçados, diferenciando-se e especificando-se de acordo com as oportunidades encontradas para o seu estabelecimento e manutenção, dando origem a diferentes tipos de processos de globalização: financeira, industrial, cultural, comercial, etc.

O que podemos atestar, é que este processo de globalização por ser diferenciado, gera diferentes espaços, e como a globalização se dá a partir do processo de fragmentação espacial, os recortes gerados, sem dúvida nenhuma nos impõe um desafio teórico-metodológico bastante rico, que necessita ser ainda bastante discutido.

Voltando ao início de nossa reflexão, afirmarmos que a globalização resultou em processos de reconfiguração espacial não só da economia, mas sobretudo do poder em escalas diferenciadas, dando início a uma construção - por enquanto não definida - de um novo mapa político mundial. Outra grande característica deste “novo mundo” é a constituição de blocos econômicos supra-nacionais. A globalização, dentro desta lógica espacial, vai tender a uma integração econômica por meio dos conglomerados e corporações transnacionais, que aparentemente alheios a crise que assola o mundo, contam com uma cultura organizacional capaz de elaborar e executar planos de produção, comércio, de transações financeiras e de transferências de tecnologia, gerando uma nova divisão territorial do trabalho em escala global.

Nesta “nova” ordem mundial não existe ainda uma definição de quem vai deter a hegemonia mundial de poder e qual é o poder que vai ser dominante. Sabe-se apenas que esta “nova” ordem está sendo impulsionada por um conjunto de processos, que envolve a produção de tecnologias, com o objetivo de capacitar a reestruturação da máquina produtiva do sistema capitalista que pode ser caracterizada pelos seguintes aspectos: estabelecimento

de um novo padrão industrial, tendo como base principal a união entre ciência e indústria (pólos tecnológicos); reformulação na estrutura de trabalho no interior das fábricas; mudança nas estratégias políticas dos sindicatos; fragmentação organizacional do processo de produção (reengenharia); globalização da cultura, da informação e das redes de negócios; unificação e padronização do lazer e do consumo.

É nesta conjuntura mundial, que os discursos de globalização são incorporados as plataformas políticas dos países latino-americanos em uma associação bastante estreita com a ideologia neo-liberal, sintetizada em uma modernidade que necessita da existência dos excluídos sociais, da pobreza urbana, dos descamisados, para justificar o desmonte do Estado e culpá-lo da crise social e econômica que assola as repúblicas latino-americanas¹. É claro que a história política das nações latino-americanas nos últimos trinta anos é bastante similar, no tocante ao papel autoritário do Estado nos processos de intervenção na economia. O que ocorre, é que esta onda neo-liberal é na verdade um movimento de reestruturação do sistema capitalista, deflagrado pelas nações desenvolvidas e pelas corporações transnacionais, que procuram se adaptar ao novo jogo de poder mundial gerado a partir da própria crise gerada pelo sistema capitalista.

Resultado desta metamorfose, novos países surgiram como “potências econômicas”, conseqüência de investimentos intensos norte-americanos e japoneses no Sudeste Asiático, deslocando o antigo eixo do comércio mundial, do Atlântico para o Pacífico, condenando a América Latina a uma nova época de obsolescência, controlada seja por golpes de Estado seja por intervenções militares realizadas pelos Estados Unidos, sob os auspícios do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com o objetivo de resguardar a segurança do continente das democracias militares e do narcotráfico.

Nesta conjuntura, que não é absolutamente latino-americana, mas mundial, onde o medo e a insegurança geram conflitos e desestabilizam nações pondo em xeque a nova ordem mundial, a economia capitalista procurou respostas através da união de empresas multinacionais e de nações continentais, gerando processos de integração com o objetivo de responder tanto à crise interna como externa. Acordos comerciais, formação de blocos econômicos, integração regional, são estratégias que buscam solucionar o isolamento “político-econômico-social-cultural”² da sociedade mundial, fragmentada, em busca de uma identidade que parece ter se perdido ao longo do tempo e que se reflete na organização espacial, onde as práticas do poder se expressam em diferentes níveis de escalas, do local ao regional, p.ex., que acabam legitimando movimentos e ideologias originárias nestes mesmos níveis de escala. Temos como exemplo a tão discutida onda separatista e novas expressões regionalistas que procuram dar, através do

estabelecimento de uma desordem, uma certa ordem territorial capaz de reordenar o espaço dando a ele uma nova configuração política-territorial.

Estes novos processos de integração, no entanto surgem na América Latina como uma saída ao fracasso de organismos como a ALALC e ALADI que, procuravam desenvolver uma política de integração econômica na América Latina, voltada para a América Latina. Estes novos processos se caracterizam muito mais como processos de integração sub-regionais do que na verdade processos de integração regionais que uniriam as nações latino-americanas na sua totalidade. Na verdade, o que temos é apenas um reflexo da atual estrutura espaço-econômica mundial, uma reprodução no continente latino-americano dos grandes blocos econômicos mundiais. Não é sem sentido que os acordos regionais implementados no continente estão sendo revistos, tendo como objetivo principal a possibilidade, ainda que especulativa, da criação de uma Área Hemisférica de Livre Comércio, que envolveria as Américas e o Caribe, proposta pelos EUA. (Roche e Silva, 1993)

O que observamos é que, tanto nas análises da integração regional, como nos acordos assinados, somente o aspecto econômico é tratado e discutido como fator prioritário para o êxito dos processos e/ou mecanismos de integração, contribuindo deste modo para um aumento das diferenças e conseqüentemente para o não estabelecimento de uma identidade latino-americana. A questão ao que parece é mais complexa, pois envolve no processo de construção de identidades um conjunto de atores sociais e de aspectos espaciais, que resulta em uma espacialidade que é manifestada em diferentes processos como os regionalismos e as territorialidades construídas.

É bom termos claro que esta espacialidade é “socialmente produzida e, como a própria sociedade, existe em formas substanciais e como um conjunto de relações entre os indivíduos e os grupos, uma “corporificação” e um meio da própria vida social”. (Soja, 1993) Ou seja, o espaço é um produto social, e o que está em evidência são os agentes sociais e principalmente as relações sociais por eles engendradas, responsáveis diretamente pela materialização das formas físicas e territoriais presentes no espaço, e o significado simbólico de cada agente. A questão é se os novos processos de integração, como o MERCOSUL, o TCA, podem contribuir para o estabelecimento de um regionalismo latino-americano, e conseqüentemente para a construção de identidades regionais, já que estes processos apresentam como prioridade apenas a articulação entre as economias dos países signatários. Sem dúvida este questionamento se constituiu como um desafio, não só para nós pesquisadores, mas sobretudo para os dirigentes das nações latinas. Decerto que estudos precisam ser realizados de modo a avaliar os impactos dos

diferentes mecanismos de integração. Não estudos que avaliem as alterações no movimento das mercadorias, mas sim como este movimento alterou a vida da sociedade, procurando analisar o lugar e o papel da integração no desenvolvimento dos constructos sociais e suas conseqüências no conjunto das relações que permeiam o cotidiano de diferentes grupos sociais, repletos de simultaneidade, instantaneidade e continuidade, além de se apresentarem em unidades espaciais com tempos e espaços diferenciados. A questão colocada é que a fronteira enquanto linha imaginária e geográfica de divisão geopolítica de territórios internacionais está em mutação e este processo envolve uma nova configuração das e nas relações internacionais de cunho econômico, social e cultural, transformando esta linha em um espaço de integração, em alguns casos bastante conflituosa, como a “região fronteiriça” entre o Brasil e o Paraguai. Nesta fronteira integrada onde brasileiros e paraguaios ocupam espaços além de suas fronteiras, onde a interseção territorial cria uma nova cultura e por conseguinte uma nova denominação cultural para esta população comumente identificada de brasiguaios, o espaço de integração torna-se um espaço de conflito pela posse e direito da propriedade que sem definição territorial acaba gerando uma questão territorial onde a terra, e evidentemente a sua produção econômica é o epicentro deste novo conflito, sobrepondo novas relações culturais e novas identidades territoriais construídas.

A transformação de fronteiras em espaços de integração é um dos grandes desafios da atual conjuntura na qual vive a América Latina. Conflitos militares como os ocorridos nas fronteiras entre Equador e Peru, Venezuela e Colômbia, e crises econômicas como a ocorrida no México, colocam em perigo qualquer mecanismo diplomático de integração, além de ameaçarem a paz do continente. Espaços como a Amazônia, região de alto valor científico e estratégico para a economia mundial, com recursos naturais sem comparação na superfície do planeta, é o alvo preferido de uma guerra nem sempre limpa, onde de um lado estão os ambientalistas e do outro os agentes econômicos que através de seus diferentes tentáculos - científico, tecnológico, comercial e industrial - tratam a região como um grande vazio, um espaço sem relações sociais a espera somente da exploração.

Neste leque da exploração, a questão energética assume um papel de vital importância, não só do ponto de vista do potencial conhecido, mas também da lógica que move os processos de integração, nos quais as redes de infraestrutura apresentam um importante valor estratégico, econômico e social. No entanto, não podemos esquecer das conseqüências para a população da região - sobretudo da Amazônia brasileira - da terrível cadeia de impactos originária da implantação de grandes projetos hidrelétricos, e que de um certo modo, cria no bojo das relações sociais e do modo de vida dos atingidos,

relações de identidade e diferenças. É o que procuraremos tratar na próxima parte de nosso trabalho.

II. Identidades e diferenças no circuito da produção do alumínio

Nos últimos vinte anos, o balanço energético mundial vem sofrendo algumas modificações interessantes, que revelam uma tendência na qual a eletricidade e particularmente a geração de hidroeletricidade, têm aumentado de forma significativa em países de grandes dimensões territoriais e em países do 3º mundo. Esta mudança revela um crescimento de 19,5% em 1987 para 38% no período 1977-1987 e um expressivo decréscimo na participação de outras fontes de energia na geração de eletricidade a nível mundial. (Bermann, 1993)

É interessante observar que do conjunto dos países com maiores acréscimos na capacidade instalada de geração de energia elétrica de origem hidráulica (37 no total), nove são latino-americanos - Brasil, Argentina, Venezuela, Paraguai, Colômbia, Chile, Peru, Equador e Uruguai.

Correlato ou não, esse aumento de geração de hidroeletricidade é acompanhado por um processo de realocização dos processos produtivos, dinamizando o sistema econômico mundial tendo como conseqüência a geração, a especialização e a captura de novos espaços, ao mesmo tempo em que submete outros a um total processo de esvaziamento. Nesta lógica perversa de controle e gestão dos espaços da produção mundial, a complexa indústria do alumínio trouxe consigo um alto consumo de energia em todo o seu circuito produtivo e o surgimento de uma nova divisão internacional da produção.

Novos espaços do alumínio, surgem em países que até o fim da década de 70, eram apenas figurantes neste circuito, havendo um duplo movimento, no qual ao mesmo tempo que os antigos produtores aumentavam sua falsa "dependência externa", os novos produtores aumentavam suas taxas de exportações.

Neste contexto a América Latina, especialmente a Amazônia ³, apresenta uma posição significativa. Região de grande potencial econômico, não só de recursos minerais e vegetais mas principalmente de recursos energéticos, o espaço amazônico é sem dúvida a região com o maior potencial de exploração do planeta. Todos os movimentos que nela acontece em relação as atividades de produção e aos conflitos sociais, acabam refletindo nos diversos mercados mundiais, alterando as condições de comercialização

dos produtos que ela integra, como estanho, bauxita, ferro, caulim, ferro, gás, etc.

Mas o principal produto deste inferno verde é seu grande capital disponível para ser utilizado a qualquer momento de forma bastante intensiva que é a energia. O espaço amazônico é um espaço de alta concentração energética, e a energia nele gerado deixou de ser na sua grande maioria um insumo básico para se transformar em matéria-prima. (Pinto, 1994) Olhemos apenas o tratamento que o governo brasileiro dá a Amazônia brasileira, do ponto de vista energético, de modo a ilustrarmos melhor nossa questão.

O Plano Nacional de Energia Elétrica 1987-2010, mais conhecido como Plano 2010, foi elaborado sob a coordenação geral da ELETROBRAS ⁴ em fins de 1987. Este novo Plano - anteriormente já fazia parte da estratégia brasileira de elaborar planos de longo prazo - mostra basicamente a verdadeira intenção do setor elétrico nacional no tocante a ocupação e exploração do território. A região mais favorecida é o Sudeste. As demais são cada vez mais vistas como regiões de geração de energia, com uma certa peculiaridade: não consomem a totalidade da energia que produzem, exportando-a para o maior centro urbano-industrial do Brasil e da América Latina, que é o Sudeste e para o Nordeste, abastecendo os seus pólos industriais (des)estruturando as relações de produção e a qualidade de vida e intensificando as desigualdades regionais.

O Plano 2010 revela uma nova estratégia para a Amazônia, transformando-a num espaço onde a mobilidade de recursos territorializados (Vainer, 1990) é o discurso e a prática para se alcançar o suposto desenvolvimento da região e o sonho da integração nacional pelas grandes redes de infraestrutura implantadas no território. Resta saber, se estas redes impulsionarão fluxos de desenvolvimento em troca de um crescimento e desenvolvimento econômico e social equilibrado.

O Plano 2015, que substituiu o Plano 2010 no planejamento a longo prazo do setor elétrico, procura incorporar os estudos desenvolvidos pelo COMASE/ELETROBRAS, que foram previstos no 2010. Em relação a Amazônia, continua em pauta a interconexão dos dois grandes sistemas interligados regionais, com a idéia de transformar a região no grande celeiro energético do país, com o objetivo principal de escoar o excedente de energia elétrica para as outras regiões do país.

Esta foi apenas uma visão geral do tratamento do governo brasileiro com a sua parte da Amazônia, no tocante ao setor elétrico. Vejamos agora quais são as bases de uma política energética voltada para a Amazônia Latino-Americana, elaborada pela OLADE, que é a Organização Latinoamericana de Energia. (Olade, 1991) No âmbito da proposta para uma estratégia

energética regional para os anos 90, a OLADE tem a integração física sub-regional como uma das principais estratégias de ação. No que se refere a interconexão da bacia energética da América Andina com a do Norte da América do Sul, propõe-se continuar o desenvolvimento das interconexões entre Colômbia e Venezuela, entre Equador e Colômbia, entre Equador e Peru e entre Venezuela e Guiana, além de estudos de viabilidade das interconexões de maior alcance entre os países da região que permitam a otimização do uso dos recursos econômicos e energéticos mediante o deferimento que os grandes investimentos requerem e a coordenação adequada dos planos de expansão dos sistemas elétricos, através do aumento dos intercâmbios de energia entre os países da região. Fazendo uma brevíssima comparação das duas estratégias, sem aprofundarmos nos seus planos, temos que a Amazônia brasileira, região que deveria ter uma maior relação com os países do norte da América do Sul, por sinal, signatários do Tratado de Cooperação Amazônica, não está incluída nos planos de integração regional internacional. Resultado, temos uma região com diferenças e identidades fragmentadas em todo o seu arranjo espacial. Uma região, que na verdade é um conjunto de territórios impostos e sobrepostos, com duplos gestores, que geram políticas setoriais que não se relacionam e que concebem a região também de modo diferenciado. Como consequência, temos a Amazônia brasileira como o espaço preferido para a idealização e implantação de grandes projetos de investimentos, verdadeiros monumentos faraônicos, enclaves que destroem os circuitos sociais e criam seus próprios, onde basicamente (re)transformam velhos espaços e mais ainda, repensam estratégias de apropriação do espaço para alocação de recursos extra-regionais, num processo geral de metamorfose de novos e velhos espaços.

Deste modo, não é mais a região que necessita ser desenvolvida. Como efeito desta metamorfose, um setor da produção fica encarregado de suprir as necessidades extra-regionais, procurando assim impulsionar os outros setores da economia. A região torna-se não mais o objeto do desenvolvimento. O grande projeto vai se encarregar de criar a sua própria região, de gerar o seu próprio espaço de ação e de atuação. É no interior deste território vazio, desta região improdutiva, que a apropriação do espaço vai se legitimar e se consolidar enquanto padrão de desenvolvimento regional. A Amazônia vai ver então surgir sobre o seu território, grandes empreendimentos com uma certa "divindade" no controle sobre o espaço. São grandes empresas, que vão ser responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento urbano, agropecuário e regional, de acordo com os objetivos do projeto e da empresa.

Deste modo, o planejamento regional sai de cena para dar lugar a uma outra estratégia, a da gestão do território, configurando de fato, uma nova

ordem interna à uma velha (des)ordem externa, tornando os “novos” espaços criados por estes Grandes Projetos, enclaves não mais regionais, mas nacionais, no sentido de que as ligações ultrapassam os limites das fronteiras do país.

O que temos então é um espaço extremamente fragmentado, onde a grande empresa se encarrega de introduzir nele novos circuitos da produção, independentes de outros circuitos já tradicionais, e que se interligam diretamente com o planeta. É nesta lógica que as indústrias de alumínio implantadas na Amazônia brasileira apresentam estratégias espaciais que não diferenciam muito das empresas de geração de energia. Seus circuitos são um conjunto de territórios fragmentados que apresentam uma lógica de apropriação e gestão do espaço que ao mesmo tempo que a difere de outros circuitos, constroem padrões de identidades espaciais entre si.

Tomemos agora a título de exemplo, o circuito do alumínio produzido na Amazônia brasileira ⁵. O Brasil entrou na década de 90 com uma produção de bauxita de 10.886 milhões de toneladas, o que demonstra um crescimento bastante elevado em relação aos 509,8 milhões de toneladas em 1970. Neste mesmo período, 1970-1990, a produção de energia elétrica passou de 45.460 GWh, em 1970 para 222.821 GWh, em 1990. Não é a toa também que a participação da hidreletricidade tenha aumentado de forma bastante expressiva. Hoje dos 222.821 GWh produzidos, 217.782 GWh são gerados utilizando barragens de várias dimensões. E o grande potencial energético está localizado na grande bacia amazônica, cujo valor estimado é de 54.027,2 MW ano (em energia firme) sem contar aqui o potencial da bacia do rio Tocantins que é de 14.596 MW ano, o que resulta em média, 50% de todo o potencial, calculado em 129.046 MW ano. É importante lembrar que somente 23,3% do total deste potencial está sendo utilizado, e que em relação as bacias citadas acima, somente 0,35% e 24% representam potencial hidrelétrico em operação e construção ⁶.

Resultado de uma política energética que privilegiou a construção de grandes barragens, a política energética no Brasil transformou o norte do país na grande província energética da América Latina, pronta para gerar energia para as grandes empresas. Não foi com o objetivo de suprir a demanda de energia do Nordeste e do Norte que a Hidrelétrica de Tucuruí foi construída, e sim para poder viabilizar as plantas industriais de alumínio localizadas em Barcarena/Pará (ALBRAS) e São Luís/Maranhão (ALUMAR). Até a finalização do projeto, estas duas indústrias foram responsáveis por uma total desestruturação do espaço da região, já que envolvia outros setores e empreendimentos capaz de mobilizar desde recursos financeiros do Estado até populações que sem rumo, pareciam peregrinar como se habitassem uma cidade móvel.

Desmatamentos que expulsaram agricultores e coletores e deram lugar a mais uma jazida de bauxita; estradas de ferro e linhas de transmissão que cortaram áreas indígenas; deslocamento compulsório de cerca de 30 mil pessoas para a construção de Tucuruí; desapropriação de terra urbana para a implantação da usina, tendo sido desalojadas 20 mil pessoas, são alguns dos efeitos da implantação das usinas de alumínio no norte do país. Efeitos que repercutiram na construção da identidade de atingido. Não importa qual é a origem cultural do indivíduo, e sim a sua condição de ser e de estar atingido. E é a expulsão que o transforma em sujeito de uma intervenção ordenada e comandada por um agente perverso. Acreditamos que a mesma dinâmica, os mesmos problemas, se repetem nos outros países da América Latina e do mundo, no que se refere a estratégia das irmãs do alumínio.

O exercício do poder destas empresas não pode ser estimado, porque na sua grande maioria elas possuem um aliado bastante forte que é o Estado, que as concede o “direito” de poder determinar a dinâmica do mercado imobiliário e controlar o acesso de um bem natural e social, como a água, além de controlarem o próprio poder público local. A questão é que os interesses destas empresas - e aqui inclui-se as próprias empresas estatais que atuam na região - não refletem em nenhum momento os interesses da população local ⁷.

Pois é no bojo destes interesses e de suas reivindicações que a identidade de atingido é construída. A totalidade da Amazônia latina envolve um conjunto de culturas que, aparentemente, com um passado histórico e línguas semelhantes, poderiam contribuir para a concretização de um multiculturalismo que aglutina grupos organizados em torno a diferentes identidades culturais por lograr tanto reformas constitucionales como en las políticas sociales, educativas, culturales, comunicacionales, migratorias, etc. Consigna que ha asociado a otras promovidas por una más amplia gama de movimientos sociales impulsando diversas reformas sociales respecto de derechos humanos, ambiente, derechos civiles, participación ciudadana, fortalecimiento de autonomías locales, etc. (Mato, 1994)

Com certeza, o melhor exemplo deste multiculturalismo, é o movimento de trabalhadores atingidos pelas barragens do rio Uruguai, sob o qual estão um conjunto de pessoas das mais diversas regiões, religiões, ideologias partidárias/políticas. Pois é no âmbito destes movimentos que surgem por meio das grandes empresas com voz contra e exigindo o dever e o direito de cidadania, a população que por causa de um grande projeto viu suas identidades fragmentadas: a identidade com o lugar, com as pessoas, com a comunidade...Uma identidade que unifica a região, que dá a região um

caráter diferenciado em relação a outras, mas que em um mesmo momento, apresenta um conjunto de temporalidades, e por consequência, relações espaço-tempo que se diferenciam.

Este é um grande desafio para a região amazônica. Conseguir aglutinar num só momento, os ideais, os interesses e os desejos dos garimpeiros, exploradores de madeira, índios, agricultores, pecuaristas, seringueiros, ribeirinhos, grandes empresas, poder local, agências de planejamento, Estado, é sem dúvida nenhuma uma tarefa bem árdua e o grande desafio para tornar a Amazônia brasileira integrada ao país e a América Latina.

III. Algumas considerações finais: por uma integração definitiva

É preciso termos com clareza, que o atual processo de desenvolvimento pelo qual passa a América Latina, é extremamente delicado no tocante a sua dinâmica econômica. Blocos econômicos estão se consolidando em todo o mundo, seja de caráter internacional, de caráter regional ou simplesmente acordos comerciais que unem dois ou mais países. A questão é se a América Latina pode assumir uma identidade de povo, de nação latina, que vive num ambiente multicultural, e que tenha a capacidade de construir um eixo de integração, que diminua as diferenças e aumente a identidade. Senão ficaremos mais uma vez, o que parece muito típico de nossa história, relegados a posição de meros fornecedores de insumos básicos e matérias-primas para as nações industrializadas.

É mais do que necessário, é vital para o desenvolvimento/crescimento econômico e social da América Latina, que o processo de integração se consolide, não só na lógica econômica, mas também na cultural, científica, tecnológica, educacional, etc., para que possamos sair desta tradição histórica caótica que nos persegue, e principalmente que tenhamos a oportunidade de eliminar nossas diferenças e construir uma verdadeira identidade latino-americana, com força política-econômica-social-cultural, capaz de se impor frente as estratégias de mercado das grandes empresas e dos Estados “democráticos” industrializados. É preciso antes de tudo, que sejamos apenas nações latino-americanas. Será que conseguiremos afastar o fantasma que nos persegue a cada tentativa de caminharmos sozinhos pela estrada do desenvolvimento econômico e social? Essa parece ser uma resposta que nós temos que começar a pensar e construir alternativas para o futuro, antes que a desordem do progresso e das “novas” políticas econômicas nos condene para sempre.

Notas

1. É interessante observar que esta modernidade vive uma intensa crise, principalmente nas democracias industrializadas, resultado do neoliberalismo que expõe contradições e problemas anteriormente típicos das nações do terceiro mundo, como desemprego, imigração descontrolada, corrupção política, déficit público, inflação de despesas militares e falência do sistema de saúde, herança maquiavélica da Guerra Fria, verdadeiras patologias sociais crônicas que tendem a multiplicar exponencialmente.
2. A expressão é de Daniel Mato (1994: 20).
3. A Amazônia a qual me refiro a partir de agora é a Amazônia na sua totalidade, ou seja, a Amazônia latino-americana. Quando me referir a parte da Amazônia localizada em território brasileiro, será especificada como Amazônia brasileira
4. A ELETROBRAS é a empresa estatal holding do setor elétrico brasileiro. Engloba ainda subsidiárias regionais e concessionárias estaduais. A subsidiária responsável pela execução do planejamento na região norte do país, é a ELETRONORTE.
5. Esta parte é baseada em Müller-Plantenberg, Clarita. As precondições de previsão: conhecimentos da população acerca das cadeias de impacto do alumínio na Amazônia. In: In: D'Incao, Maria Angela e Silveira, Isolda Maciel da. (Orgs.) *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. pp.41-64
6. Os dados aqui apresentados foram retirados do Plano 2015, elaborado pela ELETROBRAS.
7. Se estivéssemos tratando das consequências da implantação p.ex., da Usina de Tucuruí, os efeitos e a lógica apresentada não seriam muito diferente.

Bibliografia

- Bermann, C. O Circuito do Alumínio e a Hidreletricidade. *Relatório Final de Pesquisa*. 92 p. IEE-USP, São Paulo.
- Mato, D. (1994) *Teoría y política de la construcción de identidades y diferencias en América Latina y Caribe*. En: D. Mato (Coord.) *Teoría y política de la construcción de identidades y diferencias en América Latina y Caribe*. p. 20. UNESCO, Editorial Nueva Sociedad.

- Müller - Plantenberg, Clarita (1994) As precondições de previsão: conhecimentos da população acerca das cadeias de impacto do alumínio na Amazônia In: D'Incao, María A. e Silveira, Isolda Maciel da. (orgs.) *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1994. pp.41-64
- OLADE (1991) *Historia y perspectiva energética de una región*. 47 p. OLADE, Colombia.
- Pinto, L. F. (1994) A Amazônia entre estruturas desfavoráveis. In: D'Incao, Maria Angela e Silveira, Isolda Maciel da. (Orgs.) *A Amazônia e a Crise da Modernização*. pp.111-118. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém.
- Rocha e S., O. C. da. (1993) *Viabilidade da implantação de um mercado comum norte sul-americano - Alternativas para uma política de integração internacional*. SUDAM/OEA/PROVAM.
- Soja, E.W. (1993) *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. 147 p. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro.
- Vainer, C. B. (1990) Grandes Projetos e Organização Territorial: Os Avatares do Planejamento Regional. En: Margulis, Sérgio (ed.) *Meio Ambiente: Aspectos Técnicos e Econômicos*. pp. 179-212. IPEA/PNUD, Brasília.